

RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.466 - RS (2013/0369239-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO
ADVOGADO : ELTON ALTAIR COSTA - RS021748
RECORRIDO : BUNGE FERTILIZANTES S/A
ADVOGADOS : JORGE LUIS ZANON - RS014705
VINICIUS DUARTE BARNES E OUTRO(S) - RS056242
MATHEUS LUIZ BARUFFI FETTERMANN E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

Cuidam os autos, na origem, de cumprimento provisório de sentença de ação rescisória proposto por BUNGE FERTILIZANTES S.A. contra JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO .

O il Relator proferiu a decisão monocrática de fls. 893/894.

Diante disso, JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO manejou agravo regimental, que foi desprovido pelo eg. TJ-RS, conforme acórdão assim ementado (fl. 10):

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INSURGÊNCIA CONTRA TAXA DE JUROS APLICÁVEIS AO CASO. SELIC. DESCABIMENTO. VALOR QUE DEVE SERVIR COMO BASE PARA APURAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. QUANTIA APURADA QUANDO DO JULGAMENTO DO INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO. ADVERTÊNCIA À CONDUTA PROCESSUAL DO AUTOR."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 24/29).

Inconformado, JOSÉ ANTÔNIO BRANDÃO manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 535 do CPC/73 e do art. 406 do CC/02.

Contrarrazões às fls. 66/96.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 535 do CPC/73, uma vez

que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.

(...)

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

6. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Por outro lado, quanto ao art. 406 do CC/02, a irrisignação merece prosperar.

Nas razões do apelo nobre, afirma-se que os juros moratórios dos honorários sucumbenciais devem ser submetidos à Taxa Selic. O v. acórdão estadual, por seu turno, concluiu que *"(...) a aplicação dos juros moratórios à taxa de 1% ao mês está em consonância com a legislação aplicável à espécie, não havendo falar na sua substituição pela Selic"* (fl. 13).

Ocorre que a orientação firmada neste Sodalício é no sentido de que o art. 406 do CC/02 prevê juros moratórios submetidos à Taxa Selic, motivo pelo qual esta deve incidir para os honorários sucumbenciais. Corrobora essa conclusão o aresto a seguir:

*RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EFEITOS DA DECISÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO OFERECIDOS POR EX-ACIONISTA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. TAXA APLICÁVEL. JULGAMENTO: CPC/73.
(...)*

8. O entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção é no sentido de que o termo inicial dos juros moratórios, na cobrança de honorários de sucumbência, é a data em que o executado é intimado para pagamento na fase de cumprimento da sentença, caso a obrigação não seja adimplida de forma voluntária, bem como de que, nessa hipótese, devem ser calculados com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

9. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1733403/SP, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 29/08/2019)

Por fim, ressalta-se que a incidência da Taxa Selic é inacumulável com os demais encargos (REsp 1073102/SP, Rel. Ministro **CASTRO MEIRA**, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 22/08/2013).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, dou provimento ao recurso especial para aplicar a Taxa Selic aos honorários de sucumbência, a qual não é acumulável com os demais encargos.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator